

COMUNICADO PÚBLICO

Convocados por um compromisso que surge a partir da fé para trabalhar a favor dos mais vulneráveis e respondendo a demanda bíblica de tratar ao estrangeiro como um nascido entre nós (Levítico 19:33-34); 60 líderes cristãos e de setores inter-religiosos representando a Concílios Evangélicos, denominacionais, igrejas evangélicas, católicas, dioceses, mesas de mobilidade humana interreligiosas e organizações cristãs, convocados pela Campanha de acolhida ao migrante “Como nascido entre nós” e reunidos em Bogotá durante a I Reunião de trabalho de igrejas e organizações cristãs que trabalhar a favor das pessoas migrantes da Região Andina, Chile, Brasil, Argentina e Venezuela expressam o seguinte:

NOSSA SOLIDARIEDADE com os migrantes ao redor do mundo e América Latina. Especialmente com os milhões de cidadãos venezuelanos que tiveram que sair de forma massiva buscando a proteção nacional, internacional e humanitária devido à crise política, econômica e social que vivem como nação. Devido a isso, foi gerada uma crise de mobilidade humana na América do Sul, especialmente na Colômbia, Peru, Equador, Chile e Brasil na qual deve ser atendida de forma integral e a partir do estado, sociedade civil e comunidades de fé.

RECONHECEMOS e valorizamos os esforços locais e internacionais das comunidades cristãs e setores inter-religiosos para atender a crise humanitária que vivem milhares de pessoas migrantes da região. No entanto, reconhecemos com humildade que esses esforços são insuficientes em comparação à magnitude das necessidades das pessoas migrantes e refugiadas.

REJEITAMOS a politização da problemática migratória, assim como os discursos e narrativas xenofóbicas e discriminatórias geradas por entidades estatais, sociedade civil, meios de comunicação e inclusive a igreja, que denegaram a dignidade dos migrantes e refugiados.

DESTACAMOS as ações que foram realizadas pelos governos da região para que as pessoas migrantes acessem a nossos países. No entanto, consideramos que não tem sido suficiente e em ocasiões têm se convertido em discriminatórias e restritivas frente a magnitude do fluxo migratório, o que tem ocasionado maior vulnerabilidade, especialmente das crianças, mulheres, idosos e outros setores vulneráveis da população.

EXIGIMOS dos governantes de nossos países, o respeito e cumprimento das normas internacionais que protegem as pessoas migrantes e refugiadas e na implementação urgente de políticas públicas que permitam o acesso integral aos seus direitos.

REAFIRMAMOS nossa vontade democrática de apoiar aos estados na contribuição da saída dessa crise, contribuindo na formulação e implementação de políticas públicas.

APELAMOS aos nossos líderes das comunidades cristãs e do setor inter-religioso a atuarem segundo os princípios de hospitalidade, amor ao próximo e proteção dos mais vulneráveis, superando nossas diferenças e realizando esforços articuladores que nos mobilizem a atender, proteger, incidir e integrar as pessoas migrantes e refugiadas.



Bogotá, 5 de febrero de 2020